

INFORMAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL EM UM MUNDO INTERCONECTADO

Carmen Irene C. de Oliveira[1]

Resumo: Trabalhar a questão informacional na dinâmica cultural e identitária contemporânea, considerando as novas configurações decorrentes da centralidade das novas tecnologias de comunicação e informação. A partir de dois teóricos de formação e tendência diferenciadas, Manuel Castells e Stuart Hall, discute-se a relação cultura-identidade-globalização, e destacam-se os pontos comuns presente na discussão de ambos sobre o cenário contemporâneo. Introduz-se a discussão sobre a informação na confluência de tais questões e da circulação e consumo de produtos culturais. Nesse trabalho, são focalizados produtos culturais específicos, os filmes, tendo em vista o fenômeno de refilmagens ou *remakes* como são mais conhecidas as produções fílmicas que retomam filmes já produzidos. A discussão proposta é a de focalizar, do ponto de vista informacional, essas histórias que são recontadas de tempos em tempos tendo como pano de fundo a diversidade cultural e a hegemonia dos produtos culturais cinematográficos holywoodianos.

Palavras-chave: informação – cultura – identidade – filmes

Abstract: This paper deals with the informational issue in the contemporary cultural and identity dynamics, taking new theoretical frameworks into consideration deriving from the centrality of new communication and information technologies. Based on the work of two theoreticians who show different theoretical biases, Manuel Castells and Stuart Hall, the relationship culture-identity-globalization is examined, and overlapping points in their discussion about the contemporary scene are identified. In this paper specific cultural products are focused upon, movies, especially remakes, the production of movies which have already been made before. Our objective is to focus on these stories, from an informational point of view; stories which are retold from time to time, having as a background scenario the cultural diversity and hegemony of hollywoodian movie cultural products.

Key-words: information – culture – identity - films

Introdução

As teorias culturais conheceram o auge em meados do século XX enriquecidas com os trabalhos pioneiros de Jacques Lacan, Claude Lévi-Strauss, Louis Althusser, Michel Foucault, Roland Barthes, Raymond Williams, Pierre Bourdieu, Jacques Derrida e Jurgen Habermas entre outros. Como nos diz Eagleton (2005, p. 13), depois destes nomes, aos demais pesquisadores restou aprofundar e aplicar o pensamento que se construiu em torno dos objetos e práticas culturais. A estas teorias, juntaram-se as contribuições marxistas e estruturalistas (e pós-estruturalistas) que

constituíram um amálgama que procurava, no âmbito do conceito de cultura – envolvendo todo seu processo constitutivo -, discutir algumas tensões que emergiam, ou se faziam perceber, nesse período.

Sem dúvida, após a denominada *belle époque*, que coroava um processo de desenvolvimento tecnológico e científico, com reflexos no campo das ciências humanas e sociais, o choque provocado pelas conseqüências da Primeira Grande Guerra, que já seria grande mesmo que não houvesse seguido um período de grande otimismo no futuro da ciência e da técnica para resolver os problemas humanos, determinou o início do fim de uma época. Não é à toa que Hobsbawn marca o começo do século XX após este evento, em seu livro *A era dos extremos*. A “pá de cal” viria com a Segunda Grande Guerra e a potencialidade das armas atômicas em por fim à vida humana. Nunca o epílogo da vida humana esteve tão próximo e concretamente viável.

As teorias culturais, que ensinam a construção de modelos explicativos de uma realidade que começa a se deixar perceber como diferente daquela estabelecida no quadro iluminista, iniciam sua trajetória articulando às questões antes não abordadas pelas áreas culturais, notadamente a teoria literária, o estruturalismo emergente e a leitura marxista das relações do homem na constituição de sua história. Paralelamente, o avanço tecnológico, apesar das conseqüências danosas para alguns especialistas, não parou e após a Segunda Grande Guerra sua centralidade na sociedade contemporânea, paulatinamente construída desde fins do século XIX, toma forma completa. Considerando esta trajetória desde seu início, podemos atribuir a este desenvolvimento um papel importante no fomento de dois eventos, dentre outros: a) uma produção tecnológica e científica cada vez maior e a circulação dos resultados e informações sobre tais processos, o que criou as condições de possibilidade de uma ciência que toma como objeto de investigação a informação e seu comportamento no âmbito da ciência e tecnologia, áreas focalizadas com imenso cuidado e interesse pelas grandes potências; b) o incremento das tecnologias de comunicação de massa com repercussões no campo social, cultural, econômico, e, segundo alguns especialistas, até mesmo cognitivo.

O presente trabalho procura, nesse contexto, focalizar a questão informacional na dinâmica cultural e identitária da contemporaneidade, tendo em vista as novas configurações advindas da centralidade adquirida pelas tecnologias na denominada sociedade da informação.

A relação entre tais elementos - informação, cultura, tecnologia - pretende ser construída a partir de dois teóricos, Manuel Castells e Stuart Hall. Sendo assim, procuro articular o que inicialmente denomino *ação informacional* ou *agenciamento informacional* no contexto de uma dinâmica de produção cultural estreitamente relacionada a questões identitárias. Os produtos culturais sobre os quais me debruço são os filmes e um fenômeno a eles relacionado, o *remake*, e o pano de fundo são as transformações globais. O que apresento neste artigo constitui um recorte nas questões que abordo em minha pesquisa de doutorado que está em andamento e que tem como objetivo estabelecer o *status* de um conteúdo informacional que se reatualiza nos *remakes*, considerando que tal processo de reescritura, cuja especificidade pode ser encontrada nas condições da pós-modernidade ou modernidade tardia, possibilita a existência do mesmo e do diferente articulados em uma formação discursiva que traz no seu bojo o antigo e o novo.

1. A identidade em questão

Na contemporaneidade, o foco sobre as formas de construção da identidade entrelaça-se com as preocupações acerca das produções culturais e a circulação e troca de seus produtos. Sem dúvida, os teóricos que se dividem sobre estarmos ou não vivendo um novo período, posterior ao fim da modernidade, têm em comum alguns posicionamentos sobre a cultura, que parece ter se constituído a categoria-chave das análises críticas e das explicações sobre as transformações globais que se fazem sentir a partir do século XX. Tanto Castells quanto Hall

apontam para esta questão, sendo o primeiro mais explícito que o segundo quanto ao papel das tecnologias no processo de globalização, que é indicado como o deflagrador das mudanças.

As identidades na sociedade da informação: projeto e resistência

Castells já inicia sua obra *O poder da identidade* afirmando que

Nosso mundo e nossa via vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. (2002, p. 17)

Na base de sua argumentação estão *a revolução tecnológica e a transformação do capitalismo*. Em um trabalho que afirma ser de rompimento como etnocentrismo, obsessivamente multicultural e de base sociológica, Castells vai focalizar as formas de construção identitária e o desenvolvimento dos movimentos sociais em paralelo ao que ele denomina *esfacelamento das fronteiras do Estado-nação* e redimensionamento das formas e relações de poder, no âmbito da Sociedade da Informação e explora um entrecruzamento de fatores intimamente ligados: “a globalização induzida pela tecnologia, o poder da identidade (em termos sexuais, religiosos, nacionais, étnicos, territoriais e sociobiológicos) e as instituições do Estado”. (2002, p. 18) Tal posicionamento, como pretendo apontar mais adiante, vai, por vias diferentes, levar às mesmas considerações levantadas por Stuart Hall e sua teorização acerca da identidade na pós-modernidade, que tem no processo de descolonização sua principal causa e alinhar sua análise à concepção dos estudos que focalizam a cultura não mais a partir do centro e sim das fronteiras; não mais a partir de categorias sócio-econômicas ou nacionalistas e sim da diáspora. Nesse sentido, Castells avança a hipótese de que

[...] quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. (2002, p.23-24)

Esse processo de construção social de uma identidade coletiva, ele considera que ocorre sempre em um contexto de relação de poder. Sua distinção entre três formas de construção identitária, tendo em vista a sociedade da informação, já se tornou referencial em vários estudos na área. *A identidade legitimadora* é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Este tipo de identidade dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, por vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza a estrutura social. *A identidade de resistência* é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência. Origina estruturas organizacionais semelhantes a comunas ou comunidades. Para Castells, esta talvez seja a forma mais importante de constituição identitária, já que desenvolve um tipo de identidade que reforça os limites da resistência e reverte os valores dominantes gerando uma “exclusão dos que excluem pelos excluídos” (os excluídos que formam tais comunidades, excluem delas aqueles que os excluem dos demais espaços). Seus exemplos são o do fundamentalismo religioso, o da auto-affirmação nacionalista e o das comunidades territoriais. Finalmente, *a identidade de projeto* refere-se à construção de uma nova identidade, por parte dos atores sociais, com a utilização de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance. Essa nova identidade deve ser capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, tais atores

buscam transformar toda estrutura social. Produz sujeitos, que na sua concepção “são o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (2002, p. 26). Nesse caso, a identidade se constrói na base de um projeto levado a efeito por indivíduos que, nesse processo, tornam-se sujeitos. A proposta, nesse tipo de identidade, tem um foco diferenciado: a mudança por uma opção de vida diferente. Por exemplo: a reconciliação de todos os seres humanos como fiéis e irmãos de acordo com as leis de Deus ou Alá. Acredito que a identidade nascida como paradigma ecológico possa situar-se nessa categorização.

Como Castells ressalta, não importa qual o tipo, o entendimento sobre as políticas de identidade não pode ser desvinculada do contexto social, devendo ser situada historicamente. Por isso, ele sustenta que o surgimento da sociedade em rede faz emergir os processos de construção identitária que ocorreram (e ocorrem) durante esse período e produz, assim, novas formas de transformação social. Para ele, isso é decorrente de uma “disjunção sistêmica” entre o local e o global (o que eu entendo como uma não manutenção de liames equilibrados entre estes dois pólos, no que se refere a trocas e influências culturais e circulação de bens econômicos) e de uma separação entre poder e experiência em diferentes estruturas de tempo e espaço. Nesse contexto, os grupos não encontram mais as condições, estruturalmente bem sedimentadas, das relações de poder e das representações de classe e associações, que funcionavam como horizonte de adesão ou oposição na constituição identitária no passado: “A maior parte das ações sociais organiza-se ao redor da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas”. (2002, p.27)

Castells apresenta então outra hipótese: a de que a constituição dos sujeitos (a identidade de projeto), na sociedade em rede, dá-se de forma diferenciada daquela que marcou o período da modernidade, desde seu início até a sua fase mais tardia.

[...] sujeitos, se e quando construídos, não são formados com base em sociedades civis que estão em processo de desintegração, mas sim como um prolongamento da resistência comunal. [...] na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal. [...] A análise dos processos, condições e resultados da transformação da resistência comunal em sujeitos transformacionais é o terreno ideal para o desenvolvimento de uma teoria de transformação social na era da informação. (grifo nosso) (2002, p. 28)

Nesse ponto, unem-se dois dos três tipos de construção identitária estabelecidos por ele: a construção dos sujeitos (identidade de projeto), na sociedade da informação, se possível, só pode desenvolver-se a partir da resistência comunal (que já é condição ou consequência do processo de identidade de resistência).

A identidade cultural: a diáspora

Stuart Hall tem inúmeros trabalhos acerca da questão identitária, tendo em vista sua trajetória dentro dos Estudos Culturais, e suas preocupações orbitam em torno das relações entre os meios de comunicação, a globalização e a cultura. Em um livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (1998), também já clássico quando se objetiva tratar de tais questões na modernidade tardia, ele procura mostrar, a partir da discussão da crise das velhas formas de construção identitária, ligadas ao período moderno, como em tempos de globalização a nova

identidade se caracteriza como cultural, já que se pauta no pertencimento a culturas diferenciadas: étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais.

A estrutura argumentativa de seu estudo se inicia com a apresentação de três concepções diferentes de constituição identitária, para depois apresentar como a identidade moderna está sendo deslocada e descentrada em um processo no qual a nova noção de sujeito deve ser entendida a partir de conceitos como diferença, fluxo e diáspora.

A primeira concepção de identidade refere-se à idéia de sujeito do período Iluminista baseada em uma noção de indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão e de consciência. A segunda, diz respeito à idéia de sujeito no âmbito da sociologia, que já aponta para a crescente complexidade do mundo moderno, pois entende que este sujeito se formava a partir da relação com outras pessoas, que mediavam para ele valores, sentidos e símbolos (cultura). Assim, na concepção sociológica clássica a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Finalmente, a terceira concepção situa-se nas questões da contemporaneidade, na qual a identidade unificada e estável está se tornando fragmentada, compondo-se por várias e diferentes identidades, por vezes contraditórias. A identidade é entendida, nesse processo, como uma “celebração móvel”: “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados pelos sistemas culturais que nos rodeiam” (1998, p. 13) Nesses novos tempos, a identidade é definida historicamente, e não biologicamente, e o sujeito pode assumir diferentes identidades conforme os diferentes momentos vivenciais de sua trajetória.

Após estabelecer as noções de construção identitária num crescendo que vem do Iluminismo até à contemporaneidade, Hall situa tal processo no cerne da globalização, procurando explorar como este fenômeno tem afetado as identidades culturais. Ele é objetivo ao afirmar que o que está “tão poderosamente deslocando as identidades culturais nacionais” é “o complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, poder ser sintetizado sob o termo ‘globalização’.” (1998, p. 67) Nesse sentido, dois pontos devem ser fixados: a) a noção de globalização distancia-se da idéia sociológica clássica de sociedade como um sistema bem delimitado, na medida em que coloca o desenvolvimento da vida social como um processo atrelado à relação espaço-tempo; b) a globalização não é um fenômeno recente; suas raízes têm sido rastreadas até o período dos descobrimentos, sendo, portanto, uma característica da modernidade. No entanto, o ritmo acelerado de integração global – viabilizado pelas novas tecnologias de comunicação e informação – tornou mais crítico, acirrado e agudo este processo. Dessa forma, Hall mostra como tais aspectos influenciaram as identidades culturais e acarretaram três possíveis conseqüências:

1. **A desintegração das identidades nacionais, como resultado da homogeneização cultural.** Para Hall, “quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global [...] mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem flutuar livremente” (1998, p. 75) Homogeneização cultural é, então, o processo pelo qual as distinções culturais que outrora definiam as identidades torna-se fraco devido à globalização, e as tradições e identidades tornam-se traduzíveis globalmente. No entanto, Hall considerada simplista e limitado este posicionamento da homogeneização cultural solapando a identidade nacional, de forma unilateral. Assim, ele coloca a discussão em torno da relação entre global e local.
2. **O reforço das identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas, pela resistência à globalização.** Hall nos mostra que não há substituição do global pelo local, mas sim um redimensionamento da relação entre estes dois pólos, e que a globalização não destruirá a identidade nacional, como categoria, mas produzirá novas identificações globais e novas

identificações locais. Considerando o caráter desigual da globalização e o fluxo cultural, também desequilibrado, entre o Ocidente e o Resto, Hall mostra que há uma “fantasia colonial” sobre a periferia culturalmente intocada. Na verdade, a globalização está produzindo seus efeitos, em ritmos e formas diferenciados conforme a região, tanto na periferia quanto no centro.

3. **O declínio das identidades nacionais, sendo substituídas por novas identidades híbridas.** A migração que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial e a descolonização são fatores preponderantes para entender como se constituiu a dialética entre identidades da periferia e do centro. “A formação de enclaves étnicos minoritários no interior dos estados-nação no Ocidente levou a uma pluralização de culturas nacionais.” (1998, p. 83)

Como conclusão provisória, Hall aponta o fato de que a globalização tem tido a capacidade de contestar e deslocar as identidades centradas e fechadas, mas tem provocado, também, outras reações.

A consequência de todo esse processo é relativamente complexa, pois ao mesmo tempo que as identidades locais emergem, a reação se forma em torno daquelas do tipo fundamentalistas e étnico-nacionalistas. Além disso, os grupos pertencentes às identidades híbridas abriram mão de “qualquer tipo de pureza cultural ‘perdida’ ou de absolutismo étnico” (1998, p. 89), fazendo com que no cerne do seu processo de construção identitária houvesse uma substituição do conceito de Tradição para o de Tradução: de identidades tradicionais para identidades traduzidas. Frutos da nova diáspora criada pelo pós-colonialismo, as identidades híbridas constituem, para Hall, um dos diversos tipos de identidade produzido na era da modernidade tardia. O destaque de Hall à questão do espaço-tempo da globalização deve-se ao fato de ele colocar este binômio no cerne do conceito de representação que, por sua vez, é fundamental às teorizações acerca da cultura.

O que é importante para nosso argumento quanto ao impacto da globalização sobre a identidade é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação. Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação – deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. [...] Diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo. (1998, p. 70)

Dessa forma, a cultura emerge como o elemento condensador das formas de analisar e pensar as construções identitárias que se operam em tempos de globalização, pois a circulação de produtos culturais – representações dessas culturas – tem com as noções de espaço e tempo uma nova forma de relação em virtude das tecnologias, que comprimiram as distâncias e redimensionaram a relação com o presente e o futuro.

2. As novas identidades: os exemplos comuns e as ênfases diferenciadas

Do panorama apresentado acerca das concepções de Castells e Hall sobre as transformações identitárias na contemporaneidade, algumas questões podem ser destacadas como comuns e outras como diferenciadas. Para sustentar suas hipóteses, Castells vai analisar três paraísos comunais: o fundamentalismo religioso, tanto o islâmico quanto o cristão; os nacionalismos, no caso da desintegração da URSS e no caso catalão; as identidades étnicas, como a identidade afro-americana contemporânea. Ele termina com algumas considerações acerca da identidade territorial. Hall, em contrapartida, focaliza as diásporas pós-coloniais das antigas colônias européias.

Tanto Hall quanto Castells, em suas afirmações sobre as formas de constituição identitária e como elas se desenvolvem, têm como central a relação de poder e as transformações globais decorrentes da centralidade das tecnologias e das conseqüências da nova ordem política global. Estes dois fenômenos são enfatizados sob aspectos diferenciados, ou seja, o primeiro fala em globalização e pós-colonialismo; o segundo, em sociedade em rede ou sociedade da informação e transformação do capitalismo.

Castells exemplifica com o fenômeno do fundamentalismo religioso e o colapso da URSS, que acabou trazendo à tona os particularismos étnicos por tanto tempo sufocado pelo regime comunista. Ele e Hall também destacam o papel da resistência na constituição de um tipo de identidade.

No entanto, enquanto Castells aborda toda essa discussão sob uma perspectiva sociológica, trabalhando com conceituações clássicas da área, Hall traz a concepção deleuziana de diferença e termos como diáspora, fluxo, global-local para dar conta das novas formas de constituição de identidades culturais.

Tanto para Castells quanto para Hall, as novas formas de identidade que se constroem nesse contexto refletem a desigualdade de trocas culturais e econômicas oriundas de uma globalização centrada em um avançado aparato tecnológico e em um sistema controlado de fluxo informacional. Dominantes e dominados – geopoliticamente, economicamente, socialmente, informacionalmente etc.- ainda coexistem, mas suas relações não são mais entendidas ou explicadas a partir das categorias que prevaleciam até o século XIX. Um exemplo significativo é o de raça, que sustentou práticas excludentes e na contemporaneidade é redefinida em função de movimentos identitários de resistência. Nesse sentido, podemos compreender porque para Castells as comunas culturais são apresentadas como o espaço privilegiado para a constituição de identidades na era da informação. Ele destaca que a constituição das comunas não é um fenômeno arbitrário, pois depende da forma de trabalhar a matéria-prima fornecida pela história, geografia, língua e ambiente e se caracteriza, sobretudo, pela reação defensiva à globalização, à formação de redes; à crise da família patriarcal. A informação, nesse contexto, é trabalhada conforme a proposta de reação defensiva: se é nos fluxos informacionais que estão embutidos os processos de dominação aos quais às comunas querem se opor, elas vão se estruturar com base no fluxo reverso de informação. No caso dos fundamentalistas, por exemplo, à dinâmica veloz de circulação informacional opõem-se às verdades “eternas” de Deus, que não podem ser representadas dentro do contexto da realidade virtual. Essa verdade está dentro dos crentes; não está dissolvida nos fluxos de informação que circula nas redes globais. Dentro dessa mesma dinâmica, pode-se entender a língua, no caso catalão e as imagens comunais das identidades arraigadas das ex-repúblicas soviéticas. A perenidade dos elementos constitutivos das novas identidades *versus* o fluxo e a dinâmica informacional da globalização e da sociedade em rede.

3. Cultura de massa: cultura para um mundo interconectado

Não resta dúvida que a informação tem merecido, desde meados do século XX^[1], uma focalização maior e diferenciada. As razões deste movimento nos interessam, aqui, menos do que suas conseqüências. Em virtude desta atenção, a informação começa a ser problematizada e definida em função de seu uso, armazenamento, potencial comunicativo, inscrição/preservação, organização, recuperação, seleção, produção etc. Cabe ressaltar, então, que há conceitos de informação que se diferenciam conforme o enfoque adotado. No entanto, eles sempre oscilarão em torno da idéia de **algo que fornece um diferencial em relação a um *status* anterior**. A informação é algo que ainda não se tem, que se busca, mas para isso é necessário, sobretudo,

identificá-la como tal; ou seja, a informação só é informação para aquele que sabe fazer uso dela.

Como nos diz SILVA (1999), a informação depende do processo que a produz, daí ser de fundamental importância a termos, também, aos procedimentos que vão de sua produção à sua materialidade pela representação. Nos termos em que cultura e identidade estão sendo perspectivadas neste trabalho, isso significa uma problemática relacionada aos contextos de produção de tais representações em veículos de comunicação de massa e em contextos de contatos culturais dinâmicos e complexos.

A relação entre culturas, que fique bem claro, não é um fenômeno recente. O que a coloca em pauta nas agendas dos estudos em ciências humanas e sociais e nas discussões da Unesco é a agudização dos processos culturais em contexto de fluxo informacional dinâmico e de desigualdade de condições econômico-tecnológicas. Diante da intensificação da interação cultural, em virtude do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, tal questão começou a ser enfocada seriamente pela Unesco, que, em 1976, aprovou alguns posicionamentos, nos quais se recomendava que os meios de comunicação de massa “não devem ameaçar a autenticidade das culturas ou empobrecer a sua qualidade; eles não devem agir como instrumentos de domínio cultural, mas servir ao mútuo entendimento e à paz” e que os governos deveriam garantir que “o critério de lucro não exerça uma influência decisiva nas atividades culturais”. (HAMELINK, p. 116) A oposição dos países ocidentais foi grande, e durante as reuniões preparatórias e a Conferência Geral da Unesco, eles expressaram sua preocupação de que tais recomendações restringissem o livre fluxo de informação. Os Estados Unidos se opuseram de forma contundente, se retiraram das discussões e anunciaram que não adotariam tais medidas, caso elas fossem aprovadas. (HAMELINK, p. 116) Os dois exemplos sugerem que a questão da informação não é equilibrada: o país que domina as diferentes instâncias produtoras e midiáticas na Sociedade da Informação entende que a democratização dos processos representa uma ameaça à sua governabilidade em nível global. A sua política de domínio baseia-se no controle do desenvolvimento das tecnologias e competências informacionais. (OLIVEIRA, RIBEIRO, WILKE et al., 2005)

Em recente artigo, Aldo Barreto traz uma discussão que enseja a oportunidade de localizar minhas questões. Segundo o teórico,

[...] é pela interpretação que, na realidade dos receptores de informação, um texto pode se transformar em lenda. Lenda porque, a ele texto se agregam pela leitura, a interpretação de diferentes indivíduos com diferentes intenções. (In)tensão, sendo, conceito forte, que ao mesmo tempo mostra direção e tensão; uma direção de propósitos destinada ao conhecimento; uma tensão dos rituais de passagem no processo de distribuição, a tensão da desarmonia entre mundos de competências simbólicas diferenciados. Esta “(in)tensão”, misto de rumo e tensão, acontece nos dois extremos de um sistema de estoques de informação. (BARRETO, 2005)

O produtor cultural aqui focado é uma produção textual oriunda de processos industriais-culturais, já que para dar conta do novo estatuto dos bens culturais as teorias da Escola de Frankfurt (especificamente Adorno e Horkheimer) estabelecem o conceito de indústria cultural, com o qual procuravam afastar do conceito de cultura de massa qualquer idéia de uma manifestação cultural “nascida espontaneamente do povo” e desnudar o contexto em que as mercadorias culturais produzidas para as massas, delas se afastavam em virtude dos processos e interesses econômicos-produtivos que as originavam. (OLIVEIRA, RIBEIRO, WILKE; 2004) Conforme as idéias dos teóricos de Frankfurt, a indústria cultural é um conceito que diz respeito ao moderno processo histórico-filosófico em que se deu a transformação da cultura em bem de consumo, mercadoria. O filme torna-se, então, um artefato produzido com

um estatuto específico de bem de consumo, mas, também, texto culturalmente localizável em função da produção e circulável, em função das condições tecnológicas que interconectam diferentes “mundos culturais”.

Na mesma condição, a informação passa também a sofrer os efeitos de tal redimensionamento econômico-tecnológico e seu estatuto de bem de consumo – que aqui não será aprofundado – constrói-se com base nessa visão de mundo que se delineia na sociedade pós-industrial, ou de consumo, ou de controle, ou de pós-moderna, ou...

4. O cinema norte-americano: produtos culturais ou entretenimento?

O projeto de difusão cultural em termos globais é um aspecto salientado na literatura sobre o cinema como indústria. A indústria cinematográfica norte-americana inicia suas atividades no início do século XX e rapidamente incorpora as práticas do fordismo-taylorismo em suas formas de produção. No entanto, historicamente, ela foi “beneficiada” (se assim podemos dizer), por dois acontecimentos que impulsionaram seu parque industrial e paralisaram quase que completamente a produção cinematográfica europeia (à época a única em condições de fazer-lhe frente): as duas grandes guerras mundiais. Não somente em termos de estrutura financeira e técnica; o prejuízo também em valores humanos ocorreu com a migração de atores, diretores e demais profissionais da sétima arte para os Estados Unidos nos períodos que antecederam a estes conflitos. Dessa forma, o continente que contribuiu com a constituição da linguagem cinematográfica, com nomes como Georges Méliès, Sergei Eisenstein e Dziga Vertov, Fritz Lang, F. Murnau, Robert Wiene, Louis Delluc, Jean Epstein, Sigfried Krakauer e André Bazin, dentre outros, precisou, após a Segunda Guerra Mundial, recuperar a sua indústria cinematográfica em termos de condições materiais de produção. Nesse tempo, Hollywood já havia produzido textos fílmicos propagandísticos a favor dos aliados, contando para isso com auxílio governamental^[ii], e os grandes estúdios americanos já garantiam sua grande fatia no mercado cinematográfico com produtos ideológicos que se constituíam em veículos do *american way of life*.

Lary May nos diz que muitos estudiosos se ocupam de investigar a importância dos Estados Unidos em termos de poderio militar, econômico e político sobre outras nações, ao passo que o aspecto cultural – incluindo aí um viés diplomático – ficou restrito a alguns estudos especializados e continua sendo pouco explorado. A força de penetração dos produtos culturais norte-americanos, durante as primeiras décadas do século XX, foi a razão de movimentos das elites na França, Alemanha, Grã-Bretanha e Bélgica contra produtos que veiculam o que deles denominavam “influências da cultura dos judeus” que se sobrepunham às tradições nacionais (MAY, 2003). Atualmente, à luz dos debates sobre a globalização e as trocas culturais é importante recolocar a questão da indústria cinematográfica hollywoodiana e seus produtos.

No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004 – *Liberdade Cultural e Mundo Diversificado* -, algumas questões relativas à problemática da globalização e das escolhas culturais são, sem dúvida, de grande interesse. Inicialmente, a dúvida se os filmes e produtos audiovisuais devem ser considerados bens culturais ou entretenimento. Como bens/produtos culturais, eles são colocados no âmbito do mercado e propensos às leis de proteção do comércio; mas também são “símbolos de modos de vida, portadores poderosos dos estilos de vida e transmitem mensagens sociais. Podem ter um impacto cultural poderoso. Na verdade são discutidos precisamente por causa do seu impacto nas escolhas em matéria de identidade” (PNUD, 2004, p. 97). Tais considerações inserem-se em uma perspectiva de domínio norte-americano do mercado cinematográfico, conforme os números apresentados, que indicam os filmes que ocuparam o primeiríssimo lugar entre aqueles distribuídos nas salas internacionais. O poder econômico vale-se de duas condições: primeiramente, os bens culturais são bens que só

podem ser consumidos por intermédio da experiência, ou seja, a natureza subjetiva de tais produtos determina que somente após consumi-los é que os consumidores saberão se gostaram ou não. Com isso, o valor pago por um filme, por exemplo, não reflete a qualidade; em segundo lugar, os pequenos produtores não se beneficiam da economia de escala que caracteriza a indústria cultural.

Para finalizar...

A informação é uma imaterialidade que depende de um suporte no qual se inscreva e uma linguagem pela qual se expresse. Tal suporte e tal linguagem podem ser de natureza variada e podem determinar, aliados a outros fatores, as formas de circulação, troca e apropriação dessa informação e também a sua ação no âmbito do fazer cultural humano. Falamos de sua ação, porque da apreensão de diferentes enunciados acerca do que é informação é possível vê-la sempre “modificando” ou “reforçando” um estado de coisas; “alterando” ou “transformando” o nosso mapa cognitivo; “reduzindo” o nível de incerteza, enfim, “afetando” o comportamento de quem a recebe e a identifica como informação. No entanto, das mesmas definições de informação concluímos que esta faceta actancial só é delineável por intermédio de sua materialidade. Daí, ao se associar à idéia de informação o seu aspecto material podemos entendê-la como algo de que “necessitamos”, de que nos “apropriamos”, que “trocamos” como o mundo exterior.

Nesse sentido, não se dissocia, nos estudos informacionais, esta imaterialidade [informação] daquilo que lhe dá forma e lhe permite agir: suporte e linguagem. E, da mesma forma, não se descontextualiza estas formas materiais concretas e estas formas de expressividade de seus contextos culturais, sociais e econômicos de produção. Dessa forma, a informação que fundamenta minhas reflexões está relacionada a essa dinâmica e às condições de constituição de uma memória (cultural e discursiva) que ela possibilita.

Entendo que o *remake* é um fenômeno que possibilita a constituição de uma família de filmes e a proposta de um “mapeamento” desse ramo familiar coloca a questão informacional no âmbito do sistema interno de vinculação entre as diferentes produções. Outrossim, a discussão dos *remakes* sob o pano de fundo das trocas culturais e construção identitária situa a questão informacional no nível das discussões que envolvem a globalização e as políticas de nacionalidade, as questões de mercado e distribuição dos produtos cinematográficos e o conflito entre a diversidade cultural e a hegemonia de produtos culturais norte-americanos. As identidades de resistência de Castells e as da diáspora de Hall baseiam suas formas de constituição, manutenção e propagação em elementos culturais identificáveis como comuns. Se os grupos fundamentalistas norte-americanos identificam elementos desejáveis em produções fílmicas que reintroduzem as representações do *american way of life*, o mesmo não pode ser dito dos grupos fundamentalistas islâmicos, para os quais tais elementos representam o poder econômico capitalista e o projeto religioso protestante; ou mesmo dos grupos étnicos ou homossexuais que identificam nestas mesmas produções elementos de uma visão de mundo sexista e segregatória.

O fortalecimento de vínculos entre os elementos de um grupo passa pelo processo de constituição de um campo comum de significação simbólica, dentro do qual as trocas culturais e informacionais, além dos processos de identificação, tornam-se não só mais fáceis como quase que necessárias. Nesse sentido, o empreendimento de aproximação das questões informacionais, culturais e identitárias em contextos de mudanças tecnológicas redundou em uma concepção de informação que inclui o ambiente sócio-cultural de sua produção, circulação e significação, aqui entendida como as formas de apropriação de mensagens e artefatos culturais por grupos ou comunidades e a conseqüente reelaboração ou sedimentação de sentidos que se efetua nesse processo.

Referências

- BARRETO, Aldo. A estrutura do texto e a transferência da informação. *DataGramaZero*, Revista de Ciência da Informação, v.6. n.3, jun/05.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HAMELINK, Cees J. Direitos humanos para a sociedade da informação. In: Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005.
- JARDIM, José Maria & FONSECA, Maria Odila. A informação como campo interdisciplinar. Disponível em: www.uff.br/neoinfo/artigoinfo.html. Capturado em 24/06/2002
- MAY, Lary. Global Hollywood and the politics of nationality. *Diplomatic History*, v. 27, n.5, 2003, 729-733. Disponível em <http://www.blackwell-synergy.com/links/doi/10.1111/1467-7709.00387/abs/>. Capturado em 23/10/2005
- OLIVEIRA, Carmen Irene C. de; RIBEIRO, Leila Beatriz; WILKE, Valéria Cristina Lopes. Texto fílmico, informação e memória. Projeto de pesquisa institucional, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2004. Digitado.
- OLIVEIRA, Carmen Irene C. de; RIBEIRO, Leila Beatriz; WILKE, Valéria Cristina Lopes. Uma projeção antecipada da sociedade do controle: uma representação ficcional. In: V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultural. Salvador, Bahia, 9 a 11 de novembro de 2005.
- PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2004. Liberdade Cultural num mundo diversificado. Lisboa: Mensagem, 2004.
- SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda et al. *Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Ed. Afrontamento, 1999.

[1] Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Doutoranda IBICT/UFF

[i] Jardim (2002) nos fala da “explosão da informação”, após a II Guerra Mundial, que teria transformado o foco da informação, passando-se a abordá-la como um recurso estratégico a ser gerenciado.

[ii] Segundo John Trumbour em seu livro *Selling Hollywood to the World U.S. and european struggles for mastery fo the global film industry, 1920-1950*, primeiramente o Departamento de Estado e depois o Departamento de Comércio auxiliaram os produtores norte-americanos a exportar seus filmes como produtos econômicos, subvertendo sua própria natureza e as normas oficiais de comércio nos países europeus. (MAY, 2003).

Filename: Document2
Directory:
Template: C:\Documents and Settings\Renata\Dados de aplicativos\Microsoft\Templates\Normal.dotm
Title:
Subject:
Author: Renata
Keywords:
Comments:
Creation Date: 27/1/2008 21:55:00
Change Number: 1
Last Saved On:
Last Saved By:
Total Editing Time: 12 Minutes
Last Printed On: 27/1/2008 22:08:00
As of Last Complete Printing
Number of Pages: 12
Number of Words: 6.468 (approx.)
Number of Characters: 34.931 (approx.)